

Sefarditas CIL diz que lei “pode ser inconstitu- cional”

Comunidade Israelita de Lisboa diz que o Governo regulamentou a lei “a quente”, pressionado pelas investigações em curso

A Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) diz que o novo regulamento da Lei da Nacionalidade “pode ser inconstitucional”. Este é o resultado de uma primeira análise feita pelos serviços jurídicos da CIL, mas José Ruah, o vice-presidente, revela ao Expresso que já foram pedidos “pareceres a especialistas na área do direito constitucional”.

“O que não nos parece atendível, num Estado de direito, é que através de um decreto-lei se revoguem duas leis orgânicas, de valor hierárquico superior, aprovadas na Assembleia da República”, aponta o membro da direção de uma das duas comunidades — junto com a do Porto, neste momento sob investigação pelo Ministério Público — autorizadas a certificar as origens sefarditas de quem solicita a nacionalidade por essa via. José Ruah refere-se à legislação aprovada em 2013, que permite a reparação histórica aos descendentes de sefarditas, e em 2015, que altera neste sentido a própria Lei da Nacionalidade.

Para este dirigente, a nova regulamentação introduz critérios novos que não estavam previstos na lei e por isso não deveriam constar do regulamento. Nomeadamente a obrigatoriedade de o requerente provar perante o Instituto dos Registos e do Notariado que herdou “direitos reais sobre imóveis sitos em Portugal” e que realizou “deslocações regulares ao longo da vida” ao país.

Governo deixou-se pressionar por “um caso concreto”

“Houve uma demora excessiva, injustificada, na regulamentação da lei. Essa demora, de mais de um ano, levou a que o legislador tomasse decisões precipitadas, ‘a quente’, para responder a um caso concreto, amplificado posteriormente por outras notícias que dão conta de processos que levantam dúvidas e que por isso, e bem, estão sob investigação das autoridades”, sublinha José Ruah, aludindo ao facto de a regulamentação à Lei da Nacionalidade de 2020 ter acabado por sair pressionada e “demasiadamente contaminada pelo mediatismo de alguns casos”, como o da atribuição do passaporte português ao oligarca russo Roman Abramovich e a detenção do rabino da Comunidade Israelita do Porto, Daniel Litvak.

A CIL já pediu uma audiência à nova ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro. “Sem prejuízo dos pareceres, iremos pela via do diálogo sensibilizar a nova ministra para esta questão, que pode ser corrigida muito facilmente e com brevidade, assim haja vontade política”, conclui Ruah, uma vez que, se a redação da lei é tarefa dos legisladores, a sua regulamentação está sob a alçada do Governo.

LUCIANA LEIDERFARB
lleiderfarb@expresso.imprensa.pt

Polémica A ex-presidente do SIRESP impugnou a assembleia-geral que a afastou. Três dias depois, foram roubados dois computadores da sua casa

Sirespgate: gestora impugna exoneração



José Luís Carneiro
tomou esta semana
posse como MAI
FOTO TIAGO MIRANDA

VÍTOR MATOS

Sandra Perdigão Neves, a gestora do SIRESP, SA, que foi afastada do cargo na passada sexta-feira — quando o Expresso noticiou que escrevera a Francisca Van Dunem acusando o Ministério da Administração Interna (MAI) de favorecer a Motorola num concurso —, impugnou juridicamente a convocatória urgente da assembleia-geral que a substituiu por um oficial do Exército. O novo presidente da empresa que gere o sistema de comunicações e emergência das forças de segurança, bombeiros e proteção civil, será o brigadeiro-general Paulo Viegas Nunes, especialista em comunicações, que terá a missão de materializar o concurso público superior a €100 milhões e que estava a ser motivo de uma guerra entre Sandra Perdigão Neves e a tutela do MAL.

O militar, no entanto, não se apresentou nas instalações da empresa, por causa da impugnação, soube o Expresso, onde a gestora exonera continua a comparecer. Perdigão Neves invocou um artigo do estatuto dos gestores públicos que os protege de exonerações quando o Governo cai

ou quando a Assembleia é dissolvida, a não ser que entre outras exceções que não se aplicam, haja “urgência”. A substituição foi feita cinco dias antes de o novo ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, ser nomeado (não foi possível obter uma reação do novo ministro a este assunto). O mandato tinha acabado a 31 de dezembro.

Entretanto, na noite de segunda para terça-feira, a casa da presidente exonera foi assaltada e roubados dois computadores, que não teriam informação relevante, confirmou o Expresso junto de fontes da PSP, que esteve no local a recolher indícios. Não foi possível apurar se as autoridades relacionam os dois casos.

A ministra Francisca Van Dunem, quando substituiu Eduardo Cabrita no MAI — que não continua no novo Governo —, herdou o conflito que se arrastava entre Sandra Perdigão Nunes e o secretário de Estado da Administração Interna, Antero Luís. A também ex-ministra da Justiça chegou a pedir uma investigação ao Ministério Público para averiguar a contratação de um ex-diretor da Motorola como consultor de “comunicações críticas” pela Secretaria-Geral do MAL. Para equilibrar os pratos da balança, o gabinete da ex-ministra no MAI alegou, numa resposta ao

Expresso, que a saída da gestora se justificava como “um passo para assegurar a transparência” do concurso, uma vez que Sandra Perdigão Neves também era ex-quadro da PT/Altice, antiga proprietária do SIRESP, SA e outra das partes interessadas. Segundo Van Dunem, esta foi uma medida considerada “imprescindível” para “garantir a efetiva realização de um concurso público aberto e plural cujo lançamento vinha sendo protelado, estando já em sério risco a possibilidade de realização do procedimento em tempo útil”.

Antero Luís queixava-se de Sandra Perdigão Neves por esta questionar as decisões da tutela sobre o concurso “insistentemente protelado”, expressão que o gabinete do MAI usou nas respostas ao Expresso. Considerava que esta não estava a beneficiar um processo concorrencial quando, de início, apresentou apenas dois lotes a concurso (passaria depois para seis). E discordava da opinião de Perdigão Neves que estava a tentar que o SIRESP viesse a usar, em breve, comunicações em imagem e vídeo, para os polícias poderem transportar *bodycams*. Este é um dos primeiros dossiês polémicos para José Luís Carneiro resolver num ministério que queima.

Com HUGO FRANCO
vmatos@expresso.imprensa.pt

Preços Inflação no máximo desde 1994

Escalada dos preços atingiu 5,3% em março e não deve dar tréguas nos próximos meses, avisam os economistas

Imparável. Assim tem sido a evolução da inflação. A subida que já se sentia agravou-se com o impacto da guerra na Ucrânia e voltou a acelerar em março, pelo sexto mês consecutivo. O Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que a variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em Portugal atingiu 5,3%, o que compara com 4,2% em fevereiro e é o valor mais alto desde junho de 1994. Ou seja, em quase 28 anos. E os economistas avisam que a inflação não dará tréguas nos próximos meses.

A energia está a impulsionar a escalada da inflação e os portugueses sentem-no quando vão à bomba de combustível. O INE indica que os preços dos produtos energéticos subiram 19,8% em março face ao mesmo mês

de 2021. Este valor compara com 15% em fevereiro e é o “mais elevado desde fevereiro de 1991”, destaca o INE.

Mas a escalada dos preços extravasou a energia, que é essencial na produção da maioria dos bens e serviços. E atinge bens essenciais, como os alimentos, afetados também pelo peso da Rússia e da Ucrânia no mercado mundial de cereais e de oleaginosas e pela seca que se tem sentido em território nacional.

Os preços dos produtos alimentares não transformados subiram 5,9% em termos homólogos em março, o que compara com 3,7% em fevereiro. Isto significa que estão a subir acima da média geral dos preços no país, penalizando as famílias mais pobres.

Taxa acima de 5% até ao verão

Como vão evoluir os preços nos próximos meses? “Esperamos que o ritmo do IPC se mantenha acima de 5% ao

longo do segundo e terceiro trimestres de 2022”, responde Bruno Fernandes, economista do Santander, apontando que, em termos de média anual, a inflação em Portugal poderá ficar “entre 3% e 5% para 2022”. Teresa Gil Pinheiro, economista do BPI, vai ainda mais longe: “A nossa previsão é de uma taxa média de inflação de 5,4% este ano, assumindo que no segundo semestre as tensões no mercado de *commodities* abrandam.” É certo que na origem deste surto inflacionista estão fatores tidos como “temporários”, diz Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE. Mas “existe um perigo real que as expectativas fiquem ancoradas em valores mais elevados e, se for o caso, que o Banco Central Europeu tenha de intervir”, alerta.

No Programa de Estabilidade, o Governo aponta para uma taxa de inflação de 2,9% este ano, medida pelo IPC. Mas admite, num cenário adverso, que chegue aos 4,2%. Já o Banco de Portugal, tendo em conta o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor — a referência na zona euro —, aponta para uma taxa de inflação em Portugal de 4%, chegando aos 5,9% no pior cenário.

SÓNIA M. LOURENÇO
slourenco@expresso.imprensa.pt

NO FIM ERA O VERBO

PRÉMIO DESTINO AMARRADO
“Não será politicamente fácil que essa cara que venceu de forma incontestável as eleições possa ser substituída por outra a meio do caminho”

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República, para António Costa, na posse do Governo

PRÉMIO PASSAR AO LADO DA POLÉMICA
“A maioria absoluta corresponde a uma responsabilidade absoluta para quem governa”

António Costa
Primeiro-ministro

PRÉMIO MARCAR POSIÇÃO
“O único discurso sem lugar aqui é o discurso do ódio”

Augusto Santos Silva
Presidente da AR, ao assumir a função

PRÉMIO PLANO B
“A minha vida não é a política”

Pedro Siza Vieira
Ex-ministro da Economia

PRÉMIO PROGNÓSTICOS SÓ NO FIM DO JOGO
“A liderança de Rio foi sempre uma catástrofe anunciada”

Carlos Carreiras
Presidente da Câmara de Cascais, ao jornal “T”

PRÉMIO SOS
“O CDS estava à beira do precipício e deu o passo em frente”

Telmo Correia
Ex-líder parlamentar do CDS, ao “DN”, sobre o passado recente do partido

PRÉMIO OBRIGADO A RECONHECER
“Excedi-me e errei. O meu comportamento foi inaceitável e indesculpável”

Will Smith
Ator premiado com o Óscar, sobre a bofetada com que agrediu o humorista Chris Rock

PRÉMIO LAMENTÁVEL
“Que coragem! A vontade que já tive de fazer isto na AR ao Ferro Rodrigues e não executei!”

André Ventura
Presidente do Chega, no Twitter sobre a atitude de Will Smith, comentário apagado minutos depois

PRÉMIO SEM FREIO
“Por amor de Deus, este homem [Putin] não pode continuar no poder. Ele é um carniceiro”

Joe Biden
Presidente da República dos Estados Unidos

PRÉMIO BOM SENSO
“Eu não usaria esse tipo de linguagem, porque continuo a falar com o Presidente Putin”

Emmanuel Macron
Presidente da República de França

PRÉMIO MURRO NA MESA
“Quem decide o meu futuro sou eu, quem manda sou eu. Ponto final!”

Cristiano Ronaldo
Jogador do Manchester United, sobre o seu futuro profissional

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.imprensa.pt